



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE DIREITO
SECRETARIA DA DIREÇÃO

COLEGIADO DE UNIDADE - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE JULHO DE 2020

Aos dois dias do mês de julho de dois mil e vinte, às quinze horas, reuniram-se, por meio eletrônico, a Diretora da Faculdade de Direito, Fernanda Pontes Pimentel, as servidoras da secretaria da Direção, Sabrina Fabris e Luane Vianna e os membros do colegiado de Unidade, sendo os docentes: Alfredo Dolcino, Adriana Dias Vieira, Alexander Seixas da Costa, Carlos Magno, Cibele Carneiro, Clarisse Stephan, Eduardo Manuel Val, Fernando Gama, Gustavo Sampaio, Marcelo Pereira, Ozéas Corrêa, Rogério Pacheco Alves, Raquel Nery Cardozo, Wanise Cabral; os técnicos administrativos: Ana Maria da Conceição D. Vianna, Felipe Stevans, Ilma Regina dos Santos Cunha, Miriam Amorim Gusmão e o discente: Gabriel Faria da Costa. O professor Sérgio Túlio solicitou que constasse em ata a sua ausência na reunião de hoje. Além dos membros do colegiado supracitados, participaram também o Coordenador Delton Meirelles e o professor Wilson Madeira.

Aberta a reunião, a Diretora Fernanda saudou a todos e prosseguiu ao primeiro ponto: **1. Deliberação do CUV - ingresso 2021;** A Diretora relatou que na reunião do CUV do dia 01 de julho de 2020 foi deliberado que a UFF aderirá ao sistema SISU no ano de 2021, assim como fez em 2020, o que implica no ingresso de mais 220 alunos além dos 220 que deveriam ter começado o curso no primeiro semestre de 2020 e não puderam por conta da pandemia da COVID-19. O Sistema de Seleção Unificada é uma modalidade que quase todas as Universidades Federais adotam e caberá à UFF e à Faculdade de Direito envidar esforços para elaborar um plano de retomada das atividades que consiga atender a tamanha demanda. Diante disso, passou-se ao próximo ponto da pauta. **2. Plano de retomada;** Há uma iminente impossibilidade de retomada das atividades acadêmicas de forma presencial para 2020 tornando o ensino remoto uma realidade. De acordo com a Resolução 156/2020 da CEPEX, as atividades acadêmicas emergenciais alcançam, no momento, somente os alunos concluintes, entretanto, em breve, será discutido em Colegiado de Curso a ampliação dessas atividades remotas aos demais alunos e a Faculdade de Direito precisa estar preparada para dar suporte a eles. **2.1 - Comissão interna de infraestrutura;** A Reitoria montou uma comissão de infraestrutura para tratar da retomada das atividades presenciais e dos mecanismos para viabilizar o ensino remoto dos cursos. A Diretora Fernanda está participando dessa comissão como titular da Faculdade de Direito e a professora Cibele Carneiro como sua suplente. A Diretora informa da necessidade de criação de uma comissão interna para discussão desses pontos e, além dela e da professora Cibele que já participam da comissão da Reitoria, sugere os nomes dos professores Delton Meirelles e Raquel Nery Cardozo; as técnicas administrativas Sabrina Fabris e Mirian Amorim Gusmão; os alunos Gabriel Faria da Costa e Emanuel Maciel Borges. A comissão proposta foi aprovada à unanimidade e para sua formalização será publicada uma DTS. Há possibilidade de uma reunião na próxima semana para começo da discussão sobre pontos como: inclusão digital

dos estudantes, criação de laboratórios de informática, orientação para uso dos espaços físicos e para o atendimento presencial que garantam segurança e higiene adequados. O professor Wilson sugeriu que a Direção enviasse um ofício ao senhor Renato Pacheco, chefe da Vigilância Sanitária, solicitando um protocolo para eventual reabertura da Faculdade de Direito para atividades presenciais. **2.2 - Atividades remotas;** Na sequência, a Diretora solicitou ao Coordenador Delton que informasse a situação das atividades acadêmicas emergenciais remotas já autorizadas pela Resolução CEPEX 156/2020. Delton então relatou que no momento o foco é nos concluintes, conforme propõe a Resolução, cerca de 70 no momento estão aptos no Curso de Direito. Os demais, cerca de 1100 alunos, estão esperando uma posição. Disse, ainda, que é de fundamental importância definir como fazer a inclusão dos alunos a esse modelo de atividades. O CAEV fez um levantamento entre os estudantes para avaliar suas necessidades, e em geral, foram dados satisfatórios quanto o acesso a meios digitais e ao apoio a atividades remotas. Não se tem um estudo sócio econômico completo dos estudantes, somente dados de ingresso como Enem, Sisu e de ações afirmativas, além de um dado levantado no IDUFF de que 40% dos estudantes moram a um raio de 3 km da Faculdade de Direito e que 10% são estudantes com renda per capita baixa. Dados que podem ser úteis para traçar alternativas e meios de acessibilidade aos alunos que possuem algum tipo de limitação. Sugeriu a criação de um laboratório de informática nas dependências da Faculdade ou mesmo parcerias com os laboratórios das escolas da região e da OAB. Na continuação diz ser de muita importância a capacitação dos professores para se adaptarem a essa nova forma de ensino e propõe que nos próximos meses, até uma definição da proposta de ensino remoto ser estendida aos demais alunos, que seja feito um esforço para a realização de eventos virtuais, sejam eles de extensão ou complementares, acreditando, dessa forma, que os professores possam ir se familiarizando com o meio digital de ensino, estando aptos quando efetivamente as atividades remotas tiverem que abranger todos os alunos e disciplinas. Delton lembrou que o IDUFF é o canal de comunicação oficial e que muitos alunos não possuem os dados atualizados junto à plataforma, o que pode causar um problema de comunicação. Fernanda solicitou que o CAEV ajude numa campanha para atualização dos dados do corpo estudantil no IDUFF.

Na sequência, o professor Gustavo questionou sobre quais serão as plataformas digitais usadas para ministrar aulas e se os docentes terão a liberdade de escolha, a fim de usarem aquelas as quais mais dominem. Acredita-se que serão usados o “MEET” e o “CLASSROOM” por serem oferecidos pelo IDUFF como plataforma oficial. A Diretora sugere que seja feito um tutorial e uma audiência pública para debate das dificuldades dos professores no uso dos aplicativos de reunião virtual. **3. Aprovação Doutorado - DINTER - IDH - Instituto de Direito e História - Campo Grande - MS;** O professor Wilson fez um breve relato sobre a proposta do DINTER de Campo Grande-MS e os presentes aprovaram à unanimidade o projeto. **4. Carta aberta à Direção - Coletivo CAÓ (anexo I);** O Coletivo CAÓ enviou à Direção uma carta que denuncia irregularidades no ingresso de alunos por meio das cotas raciais e faz algumas solicitações (vide anexo). Alguns presentes se manifestaram e parabenizaram a atitude de extrema relevância do Coletivo CAÓ na busca do fortalecimento das políticas de ações afirmativas de inclusão, o que notadamente, tem inserido às salas de aula grupos mais heterogêneos. Lembrou-se ainda que é de suma importância que essa políticas sejam estendidas às pessoas portadoras de deficiência também. Delton pediu a palavra para lembrar que no ano de 2016 fora aprovado em uma ata do Colegiado de Curso ações que visassem a inclusão étnica, racial e de minorias em bolsas de monitorias e de iniciação científica. Prontificou-se a levar o assunto para a próxima reunião do Colegiado de Curso a fim de se resgatar essa determinação e possibilitar a sua efetiva implantação. Ao final dos

debates e com a aprovação de todos, a Diretora sugeriu os seguintes encaminhamentos com a finalidade de cumprimento dos pedidos do Coletivo: 1 - Ofício à PROAES, COSEAC e PGF/UFF para que se esforcem em apurar as fraudes cometidas na entrada de estudantes que usaram de declaração falsa para ocupar vagas destinadas a pretos, pardos e indígenas; informem a incidência dessas fraudes; informem os critérios de seleção; 2 - Ofício às chefias departamentais para que, num primeiro momento e sem alteração curricular, incorporem conteúdos com a pertinência temática étnico-racial nas ementas de disciplinas obrigatórias, assim como, insiram bibliografia de escritores pretos, pardos e indígenas; 3 - Ofício ao Colegiado de Curso para que resgate a ata de aprovação da política de inclusão étnica, racial e de minorias em vagas de monitorias e de iniciação científica a fim de se buscar a implementação quando se publicarem os próximos editais. **5 - Aprovação de carta aberta à comunidade - proposta prof. Alfredo na última reunião ordinária. Tendo em vista que a proposta partiu do prof. Alfredo, pedimos a elaboração da minuta que segue em anexo. (anexo II);** Aprovada à unanimidade pelos presentes. A Direção irá divulgar nas redes sociais, divulgar por e-mail e encaminhar à Reitoria. **6 - Assuntos gerais.** A Diretora informa que a Reitoria solicitou à Faculdade de Direito, se interessada, pudesse formar uma parceria na promoção de um evento virtual aberto a toda comunidade denominado *“Impactos da pandemia na responsabilidade Institucional”*, para tratar de aspectos como responsabilidade fiscal e gestão pública nesses tempos de excepcionalidade. A professora Wanise do SDB demonstrou interesse e irá mobilizar os professores do seu departamento. Sugeriu também que o evento pudesse contar com a parceria da Faculdade de Administração. Nada mais havendo a tratar, a Diretora agradeceu a presença de todos e encerrou-se a reunião às 17:00 h. Eu, Sabrina Fabris, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes.

Sabrina Fabris

Servidora da Secretaria da Direção

Fernanda Pontes Pimentel

Diretora